



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### **Exortar o Governo a assumir as responsabilidades inegáveis de pagamento de indemnização aos proprietários dos veículos inundados**

A passagem do tufão Hato no dia 23 de Agosto causou vários mortos e grandes prejuízos patrimoniais, e devido às inundações em várias zonas, muitos veículos ficaram danificados, mais de 6 mil tiveram mesmo de ser declarados inutilizados.

No “Relatório de trabalho sobre a avaliação da passagem do tufão Hato do grupo de especialistas da Comissão Nacional para a Redução de Desastres”, aponta-se claramente o seguinte: “fundamentos frágeis no trabalho de prevenção de danos causados por tufões e subida da maré, entre outros; insuficiências de infra-estruturas fundamentais e críticas, fragilidades que deixam exposta a cidade”. E no Relatório de investigação sobre os procedimentos da previsão de tufões da Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos (DSMG), o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) lança críticas, apontando que se verificou “a necessidade, muito urgente, de aperfeiçoamento dos procedimentos internos e das instruções no âmbito da previsão de tufões por parte dos SMG. A par disso, constatou também uma necessidade urgente de melhoramento na gestão de recursos humanos, de equipamentos e de instalações... a direcção dos SMG assume as principais responsabilidades, às quais não se pode esquivar, no que diz



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

respeito ao aperfeiçoamento dos procedimentos de previsão de tufões e ao melhoramento da gestão interna daqueles serviços”. Resumindo e concluindo, o Governo tem de assumir as responsabilidades para com os proprietários dos veículos inundados devido às seguintes três razões: 1. A insuficiência das infraestruturas de prevenção de inundações; 2. Na apreciação e autorização da construção de parques de estacionamento no rés-do-chão ou subterrâneos, não foram tidas em conta a localização e a profundidade; e 3. Não foram emitidas, atempadamente, as previsões sobre a ocorrência de marés de tempestade e o grau das respectivas influências.

A Direcção dos Serviços de Finanças (DSF) vai submeter à Assembleia  
— Legislativa uma proposta de redução e isenção de impostos destinada aos proprietários dos veículos inundados que pretendam adquirir novos veículos, porém, o objectivo da proposta não é claro. Como os proprietários têm de comprar novos veículos para poderem gozar do benefício, essa proposta pode estimular um consumo desnecessário. Além disso, muitos desses proprietários estão ainda a pagar as prestações dos veículos já inutilizados, portanto, já não têm capacidade para comprar um novo. O resultado objectivo que esta proposta pode produzir é sancionar, indirectamente, os proprietários que, pelos mais diversos motivos, não utilizam os seus veículos, contrariando a política de primazia dos transportes públicos que o Governo tem defendido.

A DSF, tendo como referência as opiniões da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT), prevê na proposta que, se os  
—



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

proprietários comprarem veículos ecológicos movidos a gás natural, a energia solar ou a energia eléctrica, é-lhes devolvido na totalidade o imposto pago em relação aos veículos danificados, e que, se comprarem outros veículos que não os supra mencionados, o montante da redução fiscal é calculado conforme a proporção deduzida das amortizações dos veículos danificados em 10 anos e sujeito a uma redução de 20%. Contudo, são pouquíssimos os veículos à venda no mercado que correspondam à definição de veículo ecológico, e os preços são relativamente mais elevados, portanto, esta medida que também visa a protecção ambiental não teve em ponderação a realidade de Macau e não traz grandes benefícios para os proprietários.

— Depois da catástrofe, a DSAT lançou uma nova medida - todos os parques de estacionamento sob gestão do Governo encerram uma hora depois do içar do sinal n.º 8, o que demonstra que o Governo também está de acordo com a perspectiva mencionada, isto é, há falta de cuidado na apreciação e autorização da construção de parques de estacionamento no rés-do-chão ou subterrâneos. Contudo, esta medida negligencia os riscos para a segurança que continuam a existir nos parques de estacionamento subterrâneos. Os parques de estacionamento têm como função aliviar o espaço rodoviário e proteger os bens dos cidadãos, mas com esta medida, os proprietários dos veículos estacionados nos parques de estacionamento públicos não conseguem obter a devida protecção por parte do Governo durante as catástrofes, pois não podem entrar nos parques a partir daquele



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

momento, assim, os seus bens vão sujeitar-se a uma ameaça maior, e não se pode garantir que os veículos lá estacionados não sejam danificados devido às inundações.

Diferentes das habitações ou lojas, os veículos motorizados são bens móveis. Se no dia 23 de Agosto os referidos mais de 6 mil veículos e motas estivessem estacionados em parques de estacionamento concebidos adequadamente e com capacidade de prevenção de inundações, ou se os seus proprietários recebessem, por parte do Governo, informação atempada acerca das previsões e tivessem conseguido retirar os seus veículos, é muito provável que a maioria pudesse ter evitado a catástrofe.

Tendo em conta os vários factores referidos, estou em crer que o Governo tem responsabilidades inegáveis perante os prejuízos dos veículos decorrentes das inundações. Pelo exposto, usando do poder em matéria de fiscalização, consagrado na Lei Básica da RAEM e no Regimento da Assembleia Legislativa, e solicitando que me seja dada, nos termos do artigo 15.º do Processo de interpeção sobre a acção governativa, uma resposta escrita dentro de 30 dias a contar do recebimento, pelo Chefe do Executivo, da presente interpeção, interpelo o Governo da RAEM sobre o seguinte:

1. O Governo aceita as conclusões do relatório de trabalho da Comissão Nacional para a Redução de Desastres e do relatório de investigação do CCAC? O Governo admite que a falta de infraestruturas de prevenção de inundações, a falta de cuidado na apreciação e autorização da



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

- construção de parques de estacionamento no rés-do-chão ou subterrâneos, e as falhas na emissão das previsões meteorológicas foram os principais motivos que levaram a que mais de 6 mil veículos ficassem inundados e danificados?
2. O Governo deve assumir as suas responsabilidades inegáveis e indemnizar os proprietários dos veículos inundados e danificados durante a catástrofe do tufão Hato. Deve, por exemplo, adoptar uma medida de devolução dos impostos pagos em relação aos referidos veículos. Vai fazê-lo?
  3. A proposta de redução e isenção de impostos na aquisição de novos veículos, apresentada pela DSF, faz com que os proprietários que, pelos mais diversos motivos, não utilizam os seus próprios veículos, não possam ser beneficiados, e incentiva, indirectamente, a aquisição de novos veículos, o que contraria a política de transportes públicos. Mais, a parte da proposta relativa à concessão de benefícios na aquisição de veículos ecológicos não é realista. O Chefe do Executivo deve dar instruções à Secretaria para a Economia e Finanças e à Secretaria para os Transportes e Obras Públicas, assim como à DSF, à DSAT e à Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental, no sentido de colaborarem entre si, de modo a assegurar que a medida em causa corresponda às políticas de trânsito e de protecção ambiental e permita



(Tradução)

**澳門特別行政區立法會**  
**Região Administrativa Especial de Macau**  
**Assembleia Legislativa**

uma indemnização razoável aos proprietários dos veículos inundados.

Vai fazê-lo?

**O Deputado à Assembleia Legislativa**  
**da Região Administrativa Especial de Macau,**

**Sou Ka Hou**

3 de Novembro de 2017